

Sr. Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Este é um Orçamento de continuidade e progresso.

Um Orçamento de continuidade da mudança que iniciámos em 2016, assegurando mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade, com contas certas.

Um Orçamento de progresso na resposta aos quatro grandes desafios estratégicos da nova legislatura: alterações climáticas, demografia, transição digital, desigualdades.

Com este Orçamento não há retrocessos, não ficamos a marcar passo, nem mudamos de rumo. Com este Orçamento continuamos a avançar na melhoria de rendimentos e direitos, na qualidade dos serviços públicos, no reforço do investimento, na consolidação das finanças públicas.

Os quatro anos da anterior legislatura permitiram-nos reconstruir a confiança nas instituições e na economia portuguesa. A confiança dos cidadãos numa política orçamental que respeita a Constituição; a confiança das empresas numa gestão orçamental, que promove a estabilidade financeira e potencia o seu crescimento; a confiança internacional numa economia que reduz para metade o desemprego e atinge o equilíbrio orçamental.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Chegados a 2020, temos de prosseguir, fazendo mais e melhor.

Por isso, apresentamos **um Orçamento** que promove **mais investimento, a qualidade dos serviços públicos, a melhoria dos rendimentos e uma cada vez maior justiça social** e que nos permite **prosseguir o caminho de equilíbrio orçamental e de redução da dívida.**

Promover o investimento - público e privado - é fundamental para reforçar o crescimento económico sustentado e partilhado, a criação de mais e melhor emprego e a qualidade dos nossos serviços públicos. O crescimento da economia nos últimos quatro anos está associado ao forte crescimento do investimento, mais do dobro da média da área do euro.

É por isso que **reforçámos o investimento público**, com destaque para o investimento em grandes projetos estruturantes, que ultrapassará os 1300M€ em 2020. Estes investimentos darão um contributo fundamental para a melhoria da qualidade dos transportes públicos, do Serviço Nacional de Saúde e da rede escolar. Aprovámos ainda um Plano Plurianual de Investimentos na área da saúde, num montante adicional de 190 milhões de euros. E reforçámos a dotação na área da habitação, quase duplicando, de 80M€ para 150M€, as verbas para prosseguir os objetivos de erradicação das carências habitacionais e de promoção pública de habitação para arrendamento a custos acessíveis à classe média.

E é também por isso que mantemos a estratégia de **promoção do investimento privado**, garantindo, por exemplo, que o IRC baixará em perto de 60 milhões de euros e ajudando as pequenas e médias empresas que reinvestem os seus lucros, que apostam na inovação ou que se instalam no interior. E garantindo também que as empresas em início de atividade não vejam agravado o valor das tributações autónomas em caso de prejuízos, numa fase tão importante do seu percurso.

Não há crescimento sustentado sem investimento. E os benefícios desse crescimento, conseguidos com o esforço de todos, têm de ser partilhados com todos.

Por isso, é **imperativo prosseguir a melhoria dos rendimentos**, promovendo a justiça social e reduzindo as desigualdades.

O caminho trilhado desde 2016 teve um impacto muito importante na garantia da dignidade das condições de vida dos Portugueses. Entre 2015 e 2019, houve mais de meio milhão de portugueses que deixaram de estar em risco de pobreza ou

exclusão social. Os números falam por si, mas também sabemos que temos de continuar este caminho.

E este Orçamento consolida todos os avanços, sem qualquer retrocesso; e consegue ainda **novos avanços no caminho do progresso social**, num contexto de estabilidade e confiança nas expectativas de evolução dos rendimentos. Pelo terceiro ano consecutivo, asseguramos um aumento real, acima da inflação, para cerca de 2 milhões de pensionistas e **vamos mais longe no combate à pobreza entre os idosos**, apostando no reforço do Complemento Solidário para Idosos.

Em 2020, iremos concluir o processo de descongelamento de carreiras da Administração Pública, iniciado em 2018, **repondo em apenas três anos os direitos de progressão que se encontravam suspensos desde 2011.**

E retomamos a normalidade dos aumentos salariais anuais na Administração Pública, **aumento que ocorre pela primeira vez desde 2009 e apenas pela segunda vez em vinte anos.**

É um esforço orçamental muito significativo que, entre

progressões e atualização salarial, aumenta as remunerações na função pública em 3,2%.

Este é, ainda, um Orçamento que **promove maior justiça fiscal**. Através, desde logo, da atualização do mínimo de existência, que fará com que mais 30 mil famílias de menores rendimentos passem a estar isentas de pagar IRS, como já tinha acontecido com 167.000 famílias nos dois últimos anos.

No conjunto desta isenção e das medidas de apoio às jovens famílias, **o IRS pago pelas famílias portuguesas baixará em 2020 mais 50 milhões de euros**.

É esta a matriz de uma política fiscal mais justa, que protege e alivia quem mais necessita, que promove a competitividade das empresas e o emprego, em particular nas regiões de baixa densidade, através do programa Trabalhar no Interior, e que garante um total alinhamento com objetivos de política pública absolutamente fundamentais.

Refiro-me em concreto ao acesso à habitação – em que é preciso desincentivar o alojamento local em áreas de contenção

e fomentar a transferência desses imóveis para o mercado de arrendamento.

Refiro-me também em concreto à defesa do ambiente – em que é fundamental eliminar progressivamente os benefícios fiscais à utilização de combustíveis fósseis.

Ainda no tema do ambiente, reforçaremos uma política fiscal mais justa, criando uma nova dedução fiscal até 1.000€ para a instalação de equipamentos de produção descentralizada e autoconsumo de energia renovável.

Mais investimento, melhor rendimento, maior justiça fiscal só é possível graças a - e em paralelo com - uma **política orçamental responsável**.

Este Orçamento prevê, pela primeira vez na Democracia, um excedente orçamental. Este é o resultado da trajetória de consolidação prosseguida na anterior legislatura e é também condição **essencial para prosseguirmos a nossa estratégia de prosperidade partilhada.**

Alguns interrogam-se porque havemos de ter um excedente orçamental, quando há tantas necessidades a satisfazer no imediato. Um bom Orçamento é o que garante o equilíbrio nas múltiplas necessidades a que temos de responder. Este Orçamento responde a necessidades múltiplas de reforço da dotação orçamental. **De todas as prestações sociais, das Forças Armadas e das Forças de Segurança, da modernização da Justiça, do investimento na Cultura, de incentivo à coesão territorial. Em suma, de todas, sem exceção, as áreas da governação.**

Mas o Orçamento não pode ignorar essa outra necessidade que é a de nos libertarmos, de modo sustentável, da elevada dívida pública que ainda temos. Ao longo da última legislatura, o peso da dívida no PIB caiu mais de 12pp, de 131.2% em 2015 para 118.9% em 2019. E é nosso objetivo terminar a presente legislatura próximo do limiar dos 100%. Só assim libertaremos todos os anos recursos afetos ao serviço da dívida. Em cinco anos a despesa com juros reduziu 2.000 M€. Uma poupança que nos permite reforçar o investimento nos serviços públicos

e reduzir a nossa exposição ao risco de uma nova crise internacional.

E este é o momento para o fazer. Porque é nesta fase de crescimento económico, forte criação de emprego, melhoria de rendimentos e redução das desigualdades que devemos poupar os recursos de que podemos vir a necessitar quando um novo ciclo económico nos exija uma política anti-cíclica. **É neste momento que devemos olhar, ainda mais e com ainda mais confiança, para o nosso futuro.** E é neste momento que devemos agir, tomar as decisões certas, as políticas públicas certas e os instrumentos fiscais adequados, para acautelar o melhor futuro aos Portugueses.

Não, não se trata de imposições da União Europeia. Trata-se do dever que nos impomos de preparar o futuro e garantir que os Portugueses não voltam a ter de suportar o custo de uma crise económica, que deixou marcas profundas na vida de todos aqueles que ficaram sem emprego, que viram os seus rendimentos cortados ou que viram limitada a tão necessária

proteção social. Trata-se de olhar para a nossa Segurança Social e ver que, pela primeira vez, temos uma reserva financeira superior a 20 mil milhões de euros e que **garantimos a sustentabilidade do nosso sistema de pensões por mais 29 anos**, face ao projetado no OE de 2015. Dando, assim, um sinal de esperança e uma garantia efetiva aos jovens de hoje que descontam para a Segurança Social e sabem que podem contar com as suas pensões. Porque tomámos as decisões certas. Num sistema público de Segurança Social cada vez mais sólido.

Rigor orçamental dá-nos **liberdade**, porque um Orçamento não deve nunca ser um fim em si mesmo. É por isso que **a Saúde é a prioridade do OE 2020**. Para servir melhor as pessoas, continuaremos a investir no acesso aos cuidados de saúde, na motivação dos profissionais, na maior autonomia dos hospitais e na melhoria das instalações e equipamentos do SNS. O Orçamento da Saúde para o próximo ano ascende a mais de 11 mil milhões de euros, aumentando 941 milhões face ao orçamento inicial de 2019.

Trata-se do maior reforço de sempre no orçamento inicial da Saúde e representa o começo de um “novo ciclo” para o Serviço Nacional de Saúde. Este esforço permitirá dar sequência ao programa de melhoria da resposta do SNS que aprovámos recentemente. Contrataremos mais 8.400 profissionais e incentivaremos a redução das listas de espera através da realização de mais cirurgias e mais consultas, incluindo ao sábado. Vamos também continuar a alargar a oferta de médico de família e a rede de USFs, reforçando os cuidados de saúde primários. O ritmo de investimento em cuidados continuados vai duplicar, com a abertura de 1.000 novas camas, das quais 200 de saúde mental. E eliminaremos faseadamente as taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários e nos tratamentos prescritos no SNS.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Temos assim **um Orçamento ao serviço dos cidadãos e das empresas**, que nos permite investir na execução de políticas públicas ambiciosas e coerentes com os **quatro desafios estratégicos** identificados no Programa do Governo.

O primeiro prende-se com as **alterações climáticas**. Portugal foi o primeiro país a assumir, em 2016, o objetivo da neutralidade carbónica em 2050. Neste Orçamento, reforçamos a adequação entre a política fiscal e sustentabilidade ambiental, por exemplo através da eliminação faseada de benefícios fiscais prejudiciais ao ambiente. Sabemos, também, que a dimensão do desafio exige soluções inovadoras. Por isso solicitámos autorização à Comissão Europeia para diferenciar a taxa de IVA da eletricidade em função do consumo, incentivando assim consumos ambientalmente responsáveis. Já tendo a CE respondido com disponibilidade para avaliar o pedido e

concordando com a adequação da política fiscal aos objetivos da ação climática.

E mantemos a aposta na mobilidade sustentável, nomeadamente a promoção dos transportes públicos em todo o território nacional, através do Programa de Apoio à Redução do Tarifário (PART), do novo Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (ProTransP) e de um conjunto de investimentos determinantes para o reforço da rede, em especial na ferrovia e nos metros de Lisboa e do Porto, bem como através da aquisição e reparação de material circulante.

Este Orçamento aposta também num conjunto de medidas dirigidas às gerações mais jovens, dando assim uma resposta determinada e integrada ao **desafio demográfico** que o país enfrenta. Através de uma medida dirigida aos jovens que terminam o seu ciclo de estudos e se lançam no mercado de trabalho, podendo nesse momento crítico beneficiar de uma redução significativa de IRS durante três anos. Ou através do

aumento das deduções fiscais por filho, que atingirão os 900€ a partir do segundo filho. Ou, ainda, através do complemento-creche, ajudando as famílias a concretizarem os seus projetos de vida e a terem o número de filhos que realmente desejam.

De olhos postos no futuro, este é também um orçamento que potencia as oportunidades da **sociedade digital**, o terceiro desafio estratégico que enfrentamos. Exemplos disso são a prorrogação do sistema de incentivos fiscais ao investimento empresarial em Investigação & Desenvolvimento e a restituição do IVA pago pelos centros de investigação na aquisição de equipamentos destinados às suas atividades de I&D.

Com o mesmo objetivo, de potenciar a sociedade do conhecimento, celebrámos já um contrato de legislatura com as instituições de ensino superior, garantindo-lhes um horizonte estável de financiamento ao longo dos próximos 4 anos.

Finalmente, este **é um Orçamento ao lado de quem mais necessita**, aumentando salários, pensões e prestações sociais,

nomeadamente prosseguindo a estratégia de valorização do abono de família e dando um passo importante para a erradicação da pobreza nos idosos, através da convergência progressiva do Complemento Solidário para Idosos com o limiar de pobreza e com uma alteração na condição de recursos. Implementando, também, os projetos-piloto e o subsídio de apoio ao Cuidador Informal, reforçando o Modelo de Apoio à Vida Independente, reforçando as medidas de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e as medidas de combate à desigualdade de género, e eliminando progressivamente as taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários, tal como previsto na Lei de Bases da Saúde. E renovando a aposta no interior e no seu potencial. Para que ninguém fique para trás, dando uma resposta firme ao quarto desafio estratégico, o do **combate às desigualdades**.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Já o disse e faço questão de o repetir perante vós. **Este é o melhor dos cinco Orçamentos que já apresentei a este Parlamento.**

É o melhor, porque vai além da reposição de rendimentos, acrescentando rendimento ao já reposto; porque vai além da recuperação dos cortes no investimento, aumentando novo investimento ao já recuperado; porque vai além da reversão do enorme aumento de impostos, avançando numa maior justiça fiscal; porque vai além da redução do défice, alcançando um primeiro excedente orçamental.

É melhor porque é herdeiro e continuador dos quatro orçamentos da anterior legislatura, abrindo um novo ciclo para esta legislatura, menos conjuntural e mais estrutural, ainda mais focado nos desafios estratégicos, concretizando um modelo de desenvolvimento assente no conhecimento e na inovação, apostado na internacionalização, na dignificação do

trabalho, no fortalecimento do tecido empresarial, que assegure uma década de crescimento sustentado acima da média europeia.

É chegado agora o momento de o Parlamento se pronunciar. E mesmo uma melhor proposta, não deixa de poder ser ainda melhorada no trabalho de apreciação parlamentar.

Aquando da tomada de posse do atual Governo, tive ocasião de afirmar o seguinte: «O claro reforço eleitoral do PS não dispensa o Governo do dever de promover o diálogo parlamentar e a estabilidade no horizonte da Legislatura. Do mesmo modo, a ausência de uma maioria absoluta impõe aos partidos que têm sido - e queremos que continuem a ser - nossos parceiros o dever acrescido de contribuírem de modo construtivo para o sucesso deste diálogo ao longo de toda a Legislatura». Estas palavras ganham uma especial relevância e nitidez, neste momento em que o primeiro orçamento da

legislatura é apreciado e será votado por esta Assembleia da República.

O Governo tem cumprido os seus compromissos. Em primeiro lugar, quanto à natureza geral do Orçamento. Este é um Orçamento que continua e aprofunda o caminho seguido desde 2016, apoiando as pessoas e as famílias, incentivando o crescimento da economia e do emprego, promovendo o investimento, qualificando os serviços públicos, reduzindo as desigualdades, privilegiando o conhecimento, a educação e a cultura. **Este Orçamento não contém nenhuma espécie de retrocesso, em nenhuma área. Pelo contrário, avança com novas medidas, para responder aos desafios do presente, com especial atenção aos jovens, aos idosos e às classes médias.** E é precisamente por ser um Orçamento orientado para o equilíbrio das contas públicas, cumprindo as nossas obrigações como Estado-membro da Zona Euro, que este Orçamento permite avançar, com realismo e determinação, em novos e importantes avanços no domínio social.

Em segundo lugar, **o Governo tem cumprido a sua obrigação e vontade de abertura ao diálogo com os parceiros parlamentares**, com os quais queremos continuar a construir a solução de estabilidade política e desenvolvimento social de que Portugal tanto beneficia. Na elaboração da proposta de Orçamento, **adotámos uma postura de diálogo e de busca de compromisso, indo ao encontro de prioridades e pretensões manifestadas pelos nossos parceiros parlamentares**. Já o tínhamos feito logo no Programa de Governo, com várias aproximações às posições defendidas por esses partidos. Voltámos a fazê-lo na proposta de Orçamento, na qual acolhemos várias das preocupações manifestadas pelos partidos em reuniões prévias. E temos continuado a fazê-lo ao longo das últimas semanas, através de um trabalho conjunto bastante profícuo, que certamente continuará durante a discussão do orçamento na especialidade.

É, pois, com este **triplo compromisso** que apresento aqui a proposta do Governo. Compromisso com o aprofundamento do caminho seguido desde 2016, e com o progresso económico e

social que ele permite, e faz logicamente deste Orçamento o mais avançado de todos quantos já foram aprovados. Compromisso com os parceiros parlamentares que têm feito connosco este caminho e com quem agora procederemos, na fase da especialidade, ao trabalho que possa ainda melhorar a proposta do Governo. E compromisso com Portugal e com os Portugueses, respondendo às necessidades do país em saúde, educação, habitação, transportes e mobilidade, respondendo aos desafios da economia e da sociedade portuguesa, e assegurando as contas certas, essenciais para a credibilidade internacional do país e a redução da sua dívida pública e do encargo anual com os juros.

É muito importante que todos compreendamos que este é apenas o primeiro Orçamento da nova legislatura. É o começo, e não o fim, de um novo ciclo. É o começo de um novo caminho de quatro anos, ao longo do qual faremos novos avanços e obteremos novos progressos. Não é, pois, um orçamento suficiente, que esgota o nosso programa e o trabalho conjunto no Parlamento; é sim um bom Orçamento,

porque é um bom ponto de partida para uma Legislatura que vai caracterizar-se por novos passos seguros na nossa trajetória de desenvolvimento e prosperidade.

Esta trajetória exige coerência programática e exige estabilidade política. Foi isso que os eleitores disseram em outubro passado, é isso que os Portugueses desejam, é isso que vamos mais uma vez conseguir. A bem de Portugal.